

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.346 - PE (2019/0289505-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : IVANIA OLIMPIO DE ALMEIDA QUEIROGA
AGRAVANTE : IVANIA OLIMPIO DE ALMEIDA QUEIROGA
ADVOGADO : JAILSON CLAUDINO DA SILVA MOURA - PE023588D
AGRAVADO : MARIA DO CARMO ELIDA DANTAS PEREIRA
ADVOGADO : ADMILSON LEITE DE ALMEIDA JÚNIOR - PB011211
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto pela UNIÃO com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 2.197-2.198, e-STJ):

AÇÃO ANULATÓRIA. ATOS JUDICIAIS. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA E ARREMATACÃO. CITAÇÃO POR EDITAL DE CÔNJUGE. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. CIÊNCIA DA CONSTRICÇÃO JUDICIAL CONFIGURADA. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO. COMPROVAÇÃO DE QUE O IMÓVEL QUE NÃO CONSTITUI BEM DE FAMÍLIA. REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL ARREMATADO. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE AFASTADA. MANUTENÇÃO DO AUTO DE ARREMATACÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AJUIZAMENTO ANTERIOR À VIGÊNCIA DO CPC/2015. APLICAÇÃO DO §§3º E 4º DO ART.20 DO CPC/73. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA E DA UNIÃO IMPROVIDAS.

1. Hipótese de apelação interposta pela parte autora contra sentença que, revogando a tutela antecipada anteriormente concedida, julgou improcedente o pedido inicial, consistente em obter provimento jurisdicional que declare nulos todos os atos judiciais, inclusive a arrematação, praticados após a sua intimação por edital nos autos da execução ajuizada pela União contra o seu ex-marido.

2. A finalidade da intimação por edital da autora/apelante, ocorrida nos autos da execução de título extrajudicial ajuizada em face do seu cônjuge, qual seja, dar ciência da constrição judicial, foi devidamente alcançada, porquanto a postulante opôs embargos de terceiro, no qual exerceu a sua defesa, insurgindo-se contra a penhora realizada. Assim sendo, não há que se falar em nulidade da intimação por edital e, por conseguinte, dos atos judiciais subsequentes, já que inexistente qualquer prejuízo para a parte.

3. Nos termos do art. 903 do Código do Processo Civil de 2015, a arrematação pode ser desconstituída, ainda que já tenha sido considerada ineficaz, caso ocorra alguma das hipóteses previstas de forma taxativa no parágrafo primeiro do art. 903 do CPC: a) invalidada, quando realizada por preço vil ou com outro vício; b) considerada ineficaz, se não observado o disposto no art. 804; c) resolvida, se não for pago o preço ou se não for prestada a caução.

4. À luz desse dispositivo legal, constata-se que, no presente caso, não há fundamento fático-jurídico para invalidar a arrematação ao argumento de

Superior Tribunal de Justiça

que teria sido realizada por preço vil, tendo em vista que a decisão que homologou a arrematação, cotejando o preço ofertado com a avaliação judicial então realizada, afastou qualquer vício, bem como a alegação de que os bens penhorados teriam sido arrematados por preço vil.

5. Tampouco há motivo para invalidar a arrematação porque os bens imóveis seriam "bens de família", pois, restou devidamente provado nos autos que a autora não reside em nenhum dos dois imóveis arrematados, desde há muito tempo, tendo em vista que em um dos imóveis reside o seu filho, maior de idade e plenamente capaz, e o outro imóvel foi alugado ao Município de Pombal, conforme contratos de locação com sucessivos termos aditivos acostados ao processo.

6. Da análise cuidadosa dos elementos fático-probatórios acostados aos autos, conclui-se que não restou configurada nenhuma das hipóteses legais que justificam o desfazimento da arrematação por vício de nulidade (art. 903, §1º, do CPC/2015), razão pela qual não prospera a pretensão anulatória ora deduzida, devendo ser mantida a sentença de improcedência.

7. Não se cogita da aplicação dos parâmetros estabelecidos no art. 85 do CPC/2015 para a fixação de verba honorária, pois possui nítido colorido de direito material, não se aplicando aos casos ajuizados antes de sua vigência.

8. Honorários advocatícios fixados em observância ao princípio da razoabilidade, à baixa complexidade da causa, à atuação do procurador na apresentação da contestação, à quantidade e à qualidade das peças produzidas, em conformidade ao que prescreve o art. 20, parágrafos 3º e 4º do CPC/1973, devendo, contudo, ser observado o disposto no art. 98, §3, do CPC/2015.

9. Apelações da parte autora e da União improvidas.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 2.252-2.256, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 2.307-2.311, e-STJ), a recorrente aponta violação ao artigo 85, parágrafos 1º, 2º e 3º, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, ser irrisório o valor fixado a título de honorários advocatícios em favor da União (R\$ 3.000,00 - três mil reais), pois equivalente a menos de um décimo do valor pleiteado pela parte recorrida. Ressalta a valorização do trabalho advocatício e a observância da legislação, com conseqüente pagamento dos honorários de modo proporcional ao trabalho executado. Pleiteia seja fixada a verba honorária com base nos percentuais do art. 85, § 3º, por se tratar de causa em que a Fazenda Pública é parte.

Contrarrazões ofertadas às fls. 2.313-2.342, e-STJ.

Após decisão de admissibilidade do recurso especial (fls. 2.376-2.377, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. A Corte local manteve os honorários advocatícios fixados na sentença em R\$ 3.000,00 (três mil reais) em favor da UNIÃO, reconhecendo aplicável à hipótese o CPC/1973, tendo em vista a data do ajuizamento da ação, conforme seguinte trecho do julgado (fl. 2.196, e-STJ - grifou-se):

À derradeira, registro que de igual modo não prospera o pedido da União circunscrito a impugnar os honorários advocatícios, a fim de que seja

Superior Tribunal de Justiça

aplicado o art. 85, §§ 2º e 3º, inciso I, §4º, inciso III, e § 6º, do CPC/2015. Ora, **tendo em vista a data do ajuizamento da ação, deve ser aplicado o regramento do Código de Processo Civil anterior (Lei nº 5.869/1973).**

Tal aplicação se dá porque, embora inserto no Código de Processo Civil, o tema não envolve o tratamento de matéria processual, unicamente. Há, nesse particular, nítido colorido de direito material. Assim, **firmou-se o entendimento de que a melhor solução se projeta pela não aplicação imediata da nova sistemática de honorários advocatícios aos processos ajuizados sob a égide do regramento anterior.**

Dessa forma, **observou-se no presente caso, o disposto no art. 20, §4º, do CPC/1973, segundo o qual, vencida a Fazenda Pública, os honorários de sucumbência devem ser fixados de acordo com a apreciação equitativa do juiz, não havendo qualquer vinculação a percentual máximo ou mínimo do valor da causa ou condenação.**

Considerando a natureza da causa e o trabalho realizado pelos causídicos, não desborda da razoabilidade o arbitramento da verba honorária em R\$ 3.000,00, devendo ser observado, contudo, o disposto no art. 98, §3º, do CPC/2015, já que a parte sucumbente é beneficiária da justiça gratuita.

Ante o exposto, **nego provimento à apelação da parte autora e da União.** conforme se afere do seguinte excerto (fls. 287/288):

A parte recorrente defende que o valor fixado não reflete os patamares mínimos e máximos estabelecidos no art. 85, § 3º, do CPC/2015, pois, tendo em vista o valor da causa - R\$ 140.200,00 (cento e quarenta mil e duzentos reais) -, a verba honorária deveria incidir nos percentuais previstos no aludido dispositivo legal.

Sobre o tema, anote-se que esta Corte já definiu que o marco temporal para a incidência do novo estatuto processual, no que se refere aos honorários advocatícios sucumbenciais, é a data da sentença.

Nesse sentido, destaca-se:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E INTERTEMPORAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973 E PUBLICADA JÁ QUANDO EM VIGOR O CPC/2015. NOVO ESTATUTO. OBSERVÂNCIA.

1. No que diz respeito às causas em que for parte a Fazenda Pública, o art. 85, § 3º, I a V, do CPC/2015 estabeleceu critérios objetivos para a fixação dos honorários de sucumbência com base no valor da condenação ou do proveito econômico obtido na demanda, prevendo cinco faixas progressivas e escalonadas como parâmetro para tal apuração.

2. **Apesar de a propositura da ação demarcar os limites da causalidade e os riscos de eventual sucumbência, o Superior Tribunal de Justiça elegeu a sentença - ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios - como marco para a incidência das regras do novo estatuto processual, notadamente em face da natureza jurídica híbrida do referido instituto (processual-material).**

3. A despeito de ser possível a incidência dos honorários previstos nos art. 85, § 11, do CPC/2015, em sede recursal (Enunciado Administrativo n. 7 do STJ), os honorários de sucumbência deverão obedecer à legislação vigente na data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação, lembrando-se que a decisão produz todos os seus efeitos jurídicos somente após a sua

Superior Tribunal de Justiça

publicação.

4. Hipótese em que a sentença foi proferida sob a égide do CPC/1973, sendo o decisum, contudo, publicado já na vigência no novo Código Processual, considerando-se as peculiaridades da contagem dos prazos no processo eletrônico (art. 5º da Lei n. 11.419/2006, c/c o art. 224 do CPC/2015).

5. Recurso especial provido para determinar que o Tribunal de origem reexamine o valor dos honorários de sucumbência, à luz do disposto no art. 85, § 3º e seguintes, do CPC/2015.

(REsp 1.644.846/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 31/08/2017) [grifou-se]

No caso, anota-se que a sentença data do dia 16/11/2016 (fls. 1.948-1.963, e-STJ), proferida, portanto, sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015. Dessa forma, os critérios aplicáveis para a fixação dos honorários advocatícios devem ser os estatuídos no art. 85, § 3º, do Novo Código.

Ademais, a fixação da verba honorária, com base na apreciação equitativa, prevista no § 8º do artigo 85 do CPC/2015 (correspondente ao § 4º, do artigo 20, do CPC/1973), somente tem aplicação nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, hipóteses de que não cuidam os presentes autos.

A propósito, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA. APRECIAÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal.

2. Segundo dispõe o § 6º do art. 85 do CPC/2015, "[o]s limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º [do mesmo art. 85] aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito".

3. No caso concreto, ante o julgamento de improcedência dos pedidos deduzidos em reconvenção, não se tratando de demanda de valor inestimável ou irrisório, faz-se impositiva a majoração da verba honorária, estipulada em quantia inferior a 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1.731.617/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 15/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIAÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e

Superior Tribunal de Justiça

3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.187.650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 30/04/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTINÇÃO EM RELAÇÃO A UM SÓCIO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 85 do CPC/2015. APLICABILIDADE.

1. A controvérsia diz respeito a matéria inerente ao proveito econômico a ser considerado na fixação dos honorários advocatícios pelo acolhimento de Exceção de Pré-executividade.

2. O artigo 85 do CPC/2015 estabelece que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os percentuais delimitados no § 3º. Assevera ainda o indigitado artigo em seu § 6º que os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.

3. No enfrentamento da matéria, o Tribunal de origem lançou os seguintes fundamentos (fls. 107-108, e-STJ, destaquei): "No presente caso, a quantificação dos honorários não tem relação direta com o valor da dívida, não se podendo utilizá-la como parâmetro para a condenação em honorários advocatícios. De fato, com relação à quantificação da verba honorária a cargo da União, o disposto no § 8º do artigo 85 do NCPC é de observância obrigatória.(...) Considerando que o § 8º do artigo 85 do NCPC remete aos parâmetros de seu parágrafo § 2º, tenho que, para a adequada a mensuração dos honorários advocatícios, na presente hipótese, o proveito econômico deve observar a circunstância de que a exceção de pré-executividade somente reconheceu questão meramente processual (ilegitimidade passiva). O direito de crédito da Fazenda Nacional não foi discutido em seu aspecto substancial. Desta forma, a dívida não foi extinta, nem a execução fiscal, portanto, o proveito econômico, não pode partir da análise simplista de corresponder à integralidade do valor exequendo. (...) Contudo, considerando-se o valor da causa (R\$ 2.477.191,60), em especial, o trabalho despendido pelo procurador, que teve de opor exceção de pré-executividade, com base na qual se extinguiu o feito em relação ao sócio/agravante, tenho que a verba honorária deve ser majorada para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigida pelo IPCA-E".

4. Verifica-se que a fixação, pelo Tribunal de origem, do valor dos

Superior Tribunal de Justiça

honorários por apreciação equitativa, conforme determinado no § 8º do artigo 85 do CPC/2015, mostra-se inadequada.

5. Esclareça-se que, na hipótese dos autos, não se pode falar em valor da causa muito baixo, tampouco em inestimável ou irrisório proveito econômico. Com efeito, o próprio acórdão objurgado reconheceu a existência de proveito econômico, todavia não o mensurou nos termos estabelecidos pelos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 85 do CPC/2015. Precedentes: REsp 1.657.288/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 2/10/2017; REsp 1.671.930/SC, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 30/6/2017.

6. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.665.300/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2017)

Dessa forma, verifica-se que a fixação, pelo Tribunal de origem, do valor dos honorários sem observância dos preceitos do Código de Processo Civil de 2015 mostra-se inadequada.

Assim, encontrando-se o acórdão recorrido em dissonância com o entendimento do STJ, o provimento do recurso especial é medida que se impõe.

2. Do exposto, com amparo no art. 932 do CPC/2015 c/c a súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, de forma de que a fixação dos honorários advocatícios observe estritamente o disposto no Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator